

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

19 de abril de 2022



O país segue desgovernado e com denúncias de corrupção e mau uso do dinheiro público.

Em um dos casos mais recentes, que envolveu o Ministério da Educação levando inclusive à saída do ministro, o governo ao invés de investigar tentou impor sigilo sobre os registros das reuniões dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura nos gabinetes do Planalto.

Só para lembrar, os pastores pediam propina para que os projetos das prefeituras fossem aprovados. Mas, pressionado pela repercussão negativa que tal decisão gerou, o gabinete institucional acabou divulgando os encontros anotados na agenda, que **chegam a 35**.

O Congresso Nacional, por sua vez, segue descumprindo a decisão do Supremo Tribunal Federal que obriga a divulgação dos nomes dos beneficiários do “orçamento secreto” dos anos de 2020 e 2021. Pelo que parece a falta de transparência e a defesa de interesses espúrios, passou a ser regra.

O CFEMEA lançou a publicação [Mulheres e Resistência no Congresso Nacional 2021](#), com uma análise geral do parlamento e balanço das propostas no campo dos direitos das mulheres que foram apresentadas ou tramitaram no ano passado, noticiadas por este [Radar Feminista](#), organizadas por grandes temas.

Na quarta-feira, dia 20, acontecerá uma roda de conversa sobre o Balanço, com parceiras na defesa dos direitos das mulheres.

Nota: o governo sancionou a [Lei 14.326/2022](#) que assegura à mulher presa gestante ou puérpera tratamento humanitário antes e durante o trabalho de parto e no período de puerpério, bem como assistência integral à sua saúde e à do recém-nascido; e a [Lei 14.324/2022](#) que institui o dia 13 de março como Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e a Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose.

Resultados da semana

11 a 15 de abril

O **Plenário do Senado** aprovou o substitutivo da Câmara, com ressalvas e ajustes redacionais, do **PL 634/2022** (PLS 19/2016), de autoria do senador Ronaldo Caiado (DEM/G) que modifica procedimentos relativos à alienação parental. A matéria vai à sanção.

Em pauta na semana

18 a 22 de abril

No Plenário da Câmara está previsto o debate em relação ao **PL 1998/2020**, de autoria da deputada Adriana Ventura (Novo/SP) e mais 14 deputados e deputadas, que autoriza e define a prática da telemedicina em todo o território nacional. E ao **PL 4251/2021**, de autoria do deputado Bosco Costa (PL/SE), que institui o Programa Nacional de Proteção e Apoio à Mulher vítima de violência doméstica ou familiar (PROMULHER).

Novas propostas apresentadas

Mais uma proposta com o objetivo de restringir o direito ao aborto

[PL 883/2022](#), de autoria da deputada Carla Zambelli (PL/SP), altera o Código Civil para incluir disposições referentes ao direito do nascituro e cria, no Código Penal, o crime de incitação ao aborto.

Ainda no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, a deputada Érika Kokay (PT/DF) apresentou o [REQ 520/2022](#) para que o [PDL 176/2021](#) seja encaminhado às comissões para que siga em sua tramitação. O PDL é um dos vários apresentados para sustar a [Portaria nº 13, de 19 de abril de 2021](#), do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel na prevenção da gravidez não planejada para mulheres em idade fértil, de determinados grupos: em situação de rua, com HIV/AIDS, em uso de talidomida, privadas de liberdade, trabalhadoras do sexo, entre outras.

A proposta é questionada por ser dirigida apenas a grupos específicos e não colocada como uma opção para todas as mulheres usuárias do SUS que assim o desejarem, representando controle reprodutivo dirigido a determinados grupos de mulheres, excluídas e estigmatizadas socialmente.

E segue o desmonte das políticas para as mulheres, agora o alvo foi a Rede Cegonha

Seis propostas na Câmara e uma no Senado sustam os efeitos da [Portaria GM/MS nº 715, de 4 de abril de 2022](#), que altera a [Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017](#), para instituir a Rede de Atenção Materna e Infantil (Rami).

Foram apresentados na Câmara: [PDL 81/2022](#) (Alexandre Padilha - PT/SP), [PDL 82/2022](#) (Talíria Petrone - PSOL/RJ), [PDL 83/2022](#) (Jandira Feghali - PCdoB/RJ), [PDL 84/2022](#) (Perpétua Almeida - PCdoB/AC), [PDL 85/2022](#) (Marília Arraes - PT/PE), [PDL 86/2022](#) (Túlio Gadêlha - REDE/PE) e [PDL 87/2022](#) (Sâmia Bomfim – PSOL/SP e mais 7). No Senado, Humberto Costa (PT/PE) apresentou o [PDL 80/2022](#).

Os Conselhos de Enfermagem emitiram **nota** repudiando o desmonte da Rede Cegonha, onde afirmam que o “*Ministério da Saúde ignorou dispositivos legais, evidências científicas e apelos ao diálogo da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), Conselho Nacional de Saúde (CNS) e outras instâncias de controle social, ao instituir unilateralmente a Rede Materno e Infantil (RAMI), que dá ênfase à atuação do médico obstetra sem contemplar a assistência às crianças e excluindo as enfermeiras obstétricas*”.

Saúde das mulheres gestantes

PL 783/2022, de autoria do deputado Paulo Bengtson (PTB/PA), inclui o direito a assistência à gestante no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e **PL 861/2022**, de autoria do deputado Francisco Jr. (PSD/GO), dispõe sobre a avaliação e tratamento psicológico de puérperas pelos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, pertencentes ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Uso de monitoramento eletrônico como medida protetiva

PL 875/2022, de autoria do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE), altera a Lei Maria da Penha para dispor sobre o monitoramento eletrônico como medida protetiva urgência.

Punição da prática de violência política contra a mulher no Código de Ética e Decoro Parlamentar

PRC 9/2022 e **PRC 10/2022**, de autoria da deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC), acrescentam o inciso ao Código de Ética e Decoro Parlamentar, para incluir como conduta atentatória ao decoro parlamentar, a prática de violência política contra a mulher compreendida, como: assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, deputada, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar o desempenho do mandato parlamentar. A deputada apresentou requerimento retirando o **PRC 10/2022**, por ter o mesmo conteúdo.

Apoio a crianças órfãs do feminicídio e da covid

PL 885/2022, de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), estabelece a possibilidade de crianças e adolescente, órfãos de mães vitimadas por Feminicídio, recebam pensão por morte. A proposta é mais uma apensada ao **PL 1437/2021**, que institui o Programa Nacional de Apoio Social e Psicológico a crianças e adolescentes que se tornaram órfãos devido à pandemia causada pela covid-19, (PRONASP). Os seis projetos apensados tratam de crianças órfãos do feminicídio e da Covid.

E lá vamos nós com mais uma proposta criando selo para empresas

PL 738/2022, de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher para empresas públicas e provadas em todo o país. A proposta foi apensada ao PL 2062/2021, que Cria o selo de responsabilidade social "Pró-Mulher", para concessão às empresas, às entidades governamentais e às entidades sociais que atuem no desenvolvimento de ações que envolvam a formação, a qualificação, a preparação e a inserção de mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho; que passa a tramitar com duas propostas apensadas.

Campanha contra a intolerância religiosa

PL 872/2022, de autoria da deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), fica instituído em todo território nacional o mês “Abril Verde”, dedicado a ações de combate, prevenção e conscientização sobre a intolerância religiosa. A proposta foi apensada ao [PL 6314/2005](#) que altera o Código Penal, excluindo o crime de injúria e difamação quando for a opinião de professor ou ministro religioso.

O [PL 6314/2005](#), de autoria do deputado Takayama (PMDB/PR) aguarda a constituição de Comissão Temporária e tramita com 20 propostas apensadas.

6

Vale a pena conferir!

Gênero e número - Giulliana Bianconi e Sonia Côrrea: [Os 7 erros do debate público sobre aborto após declaração de Lula](#)

Plataforma pela Reforma do Sistema Político lançou [Caminhos e Encruzilhadas: desafios e estratégias da Plataforma para construir outro sistema político](#)

Portal Catarinas: [Caso Alyne Pimentel 20 anos](#). Em três episódios é apresentado e discutido o caso de morte materna de Alyne Pimentel, em 2002. O caso levou o Comitê da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) a condenar o Estado Brasileiro, determinando que a família fosse indenizada e apresentando recomendações a serem adotadas no serviço público de saúde, para melhorias no atendimento de gestantes.



Radar elaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#), a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).